



► **Laborinho Lúcio** é um dos maiores especialistas portugueses na área da justiça. Ocupou diversos cargos em governos, nomeadamente a pasta da Justiça durante os dois mandatos de Aníbal Cavaco Silva, onde ocupou o lugar que pertence a Fernando Nogueira e foi substituído por Vera Jardim. Além disso, foi ainda o último ministro da República, na Região Autónoma dos Açores

AS TERTÚLIAS DA REPÚBLICA DO DIREITO

Preocupados com os problemas do direito na república e as dificuldades actuais na justiça em Portugal, os sócios fundadores da República do Direito propuseram-se abrir um espaço para a sua discussão e reflexão.

A República do Direito – Associação Jurídica de Coimbra é uma associação de direito, aberta à participação de todos os interessados pelos problemas na justiça e, particularmente, de todos os que exercem a sua actividade no estudo e aplicação do direito.

Liderada por José Augusto Ferreira da Silva, a associação aborda os diversos temas relacionados com o direito, como a cidadania, a comunicação, os direitos humanos, as novas tecnologias, entre outros.

A tertúlia de ontem foi apenas a primeira das Tertúlias República do Direito/Coimbra Editora, que irão decorrer sempre às terças segundas-feiras de cada mês. Quanto a próximos temas Ferreira da Silva adiantou apenas que, sendo a República do Direito uma associação com associados nas mais diversas áreas, é natural que "versem sobre os saberes mais diversos, de modo a atrair também um grupo de destinatários heterogéneo. Das ciências à cultura, à arte, o que se pretende é falar do quotidiano da sociedade. Isto é, pretende-se atrair o debate à cidade", explicou.

JUSTIÇA

A favor da reforma

Laborinho Lúcio está de acordo com grande parte das medidas preconizadas na reforma judiciária que será feita em Portugal, apesar de ainda existir algum desconhecimento.

► Vasco Garcia

O tema é habitual nos jornais, nas rádios e nas televisões. E não vem de há um mês para cá. Nem mesmo de há um ano ou dois. A questão já tem raízes no nosso país, mas, mesmo assim, pouco tem sido feita para a mudar. Falamos da lentidão da justiça. Ou, se preferirem, da sua ineficácia.

Ao longo dos últimos anos, muitos foram os Governos que passaram pelo "lerne" do país. Muitos foram também os que prometeram uma (esperada) reforma na justiça. A verdade é que nenhum teve o tempo ou a capacidade de a levar a cabo.

Parece que desta é de vez. O Partido Socialista (PS), no poder com maioria absoluta, assinou, com o líder da oposição, o Partido Social Democrata (PSD), um Pacto de Justiça que inclui um ponto referente à necessidade de um novo mapa judiciário, "no sentido de garantir um consenso suficiente para que uma reforma desta envergadura possa beneficiar de estabilidade", segundo Alberto Costa, ministro da Justiça.



O EX-MINISTRO da Justiça defende, entre outras medidas, a criação de tribunais municipais

Foi sobre a reforma da justiça, e não só sobre o novo mapa, que Laborinho Lúcio falou, na passada segunda-feira, na Coimbra Editora, numa tertúlia promovida pela República do Direito.

A conversa, como o interveniente principal caracterizou o encontro, começou com Laborinho Lúcio a mostrar, não só as suas dúvidas sobre o tema, mas também as de todos: "ainda ninguém sabe bem o que é o novo mapa judiciário". Mesmo "os que vão intervir ainda não sa-

bem bem o que vai acontecer", afirmou, apesar de não considerar isso "necessariamente um mal".

Ainda assim, com a informação disponível, o antigo ministro da Justiça, mostrou a sua visão sobre o assunto. Das duas alternativas propostas pelo documento do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, liderado por Boaventura Sousa Santos – uma baseada nos actuais círculos judiciais e outra baseada nas NUT III (ver em baixo) – Laborinho

Lúcio, tal como o Governo, prefere a segunda. Desta forma, defende, "cada NUT tem que responder por um conjunto de valências", logo, "tem que ter todas as competências".

Apesar de estar "completamente de acordo" com a reforma, o último ministro da República na Região Autónoma dos Açores considera, no entanto, "completamente falaciosa a questão dos tribunais à porta", uma vez que "as pessoas não vão ao tribunal" e as acessibilidades que existem, hoje em dia, não

justificam essa necessidade.

Entre outros aspectos defendidos por Laborinho Lúcio considerou "importante estabelecer um escalão: os tribunais de grande instância para questões complexas e especiais e os tribunais de instância para as seguintes".

A criação de tribunais municipais, com competência semelhante aos actuais julgados de Paz, é outro dos pontos que o antigo ministro consideraria positivo, no sentido da "corresponsabilização dos poderes políticos" quando se defende a justiça e de "democratizar na base". Quanto à sua localização, "nos municípios onde for necessário, o Estado deve instalar tribunais municipais, mas também as câmaras que quiserem ter um tribunal também podem instalá-lo", explicou.

Noutros pontos, Laborinho Lúcio defende que "a gestão das NUT deve ser feita por alguém nomeado pelo Conselho Superior de Magistratura" e diz que "não gostaria de ver a revisão do Código Penal e do Processo Penal dentro do Pacto de Justiça". Apesar de defender esta reforma há cerca de 15 anos, o antigo ministro considera que é melhor só ter sido feita agora, porque existem mecanismos que não existiam no passado.

Quanto ao risco de contaminação dos tribunais pelo poder político, Laborinho Lúcio considera que esse perigo "existe sempre", mas é "um risco institucional e controlado" e é "dando-lhe visibilidade que ele se reduz".

Novo mapa judiciário



NOVO MAPA vai aumentar acessibilidade à justiça, diz Alberto Costa

► O ESTUDO sobre "a geografia da justiça – para um novo mapa judiciário", apresentado em final de Outubro por Boaventura Sousa Santos, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, chegou à conclusão que, das 232 comarcas existentes, 54 por cento têm uma média de entrada de processos inferior a mil por ano e, destas, mais de um terço têm uma média de entrada de processos inferior a 500. Com estes dados, o soció-

logo projectou dois cenários possíveis, um tendo por base os actuais círculos judiciais e outra que prevê a organização judiciária equivalente às NUT III (regiões da unidade territorial).

Das duas propostas, o ministro optou pela segunda para basear a reforma da justiça em Portugal. Para o ministro, este novo mapa, com várias unidades polivalentes para atendimento jurídico, tem como vantagens permitir "a racionalização de meios e a possibilidade de promover uma maior mobilidade entre juizes e funcionários judiciais". O número dessas novas unidades ainda não está cer-

to, mas será "de acordo com as necessidades".

Também Boaventura Sousa Santos acredita que este novo mapa vai permitir uma "descentralização da justiça". O responsável pelo estudo acredita que este é um "sistema de gestão mais flexível", que permite que seja "o tribunal a deslocar-se ao cidadão", ao invés do que acontece actualmente.

A flexibilidade do novo sistema vai também trazer "mais qualidade, acessibilidade e eficácia" na justiça, permitindo que um juiz possa, de maneira rápida e eficiente, deslocar-se a um outro tribunal que necessite de serviços.

Segundo Boaventura Sousa Santos, "esta reforma não é para aumentar nem diminuir pessoal, é para fazer uma melhor gestão". O fim dos atrasos é outro dos objectivos das novas medidas que, segundo o sociólogo, "os novos tribunais, mais amplos e eficientes", vão conseguir.

A revisão do mapa judiciário será votada (e aprovada) já em 2007, garantiu o ministro, que se mostrou confiante de que medida que vai aumentar a acessibilidade à justiça e que vai ser bem recebida pelos autarcas, apesar da redução do número de tribunais.

V.G.